



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 14 Nº 4
Abril de 2005

Conjuntura FEE

Que meta têm as metas de inflação?

Instituído em junho de 1999 para suceder o câmbio fixo como âncora da estabilidade macroeconômica, o sistema de metas de inflação vem sendo alvo de críticas que o apontam como responsável pelas taxas de juros extremamente elevadas e, conseqüentemente, pelo baixo crescimento da economia brasileira. Nesse sistema, o Banco Central (Bacen) tem um único objetivo: manter a variação de preços dentro dos limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional. Para tanto, o Bacen utiliza também um único instrumento, a taxa de juros, opção que tem duas justificativas. A primeira considera que a inflação resulta da expectativa de um excesso de demanda, e a segunda entende que a demanda é mais bem controlada pela taxa de juros, pois não há outra maneira de conter as ofertas de moeda e crédito em economias complexas como a brasileira.

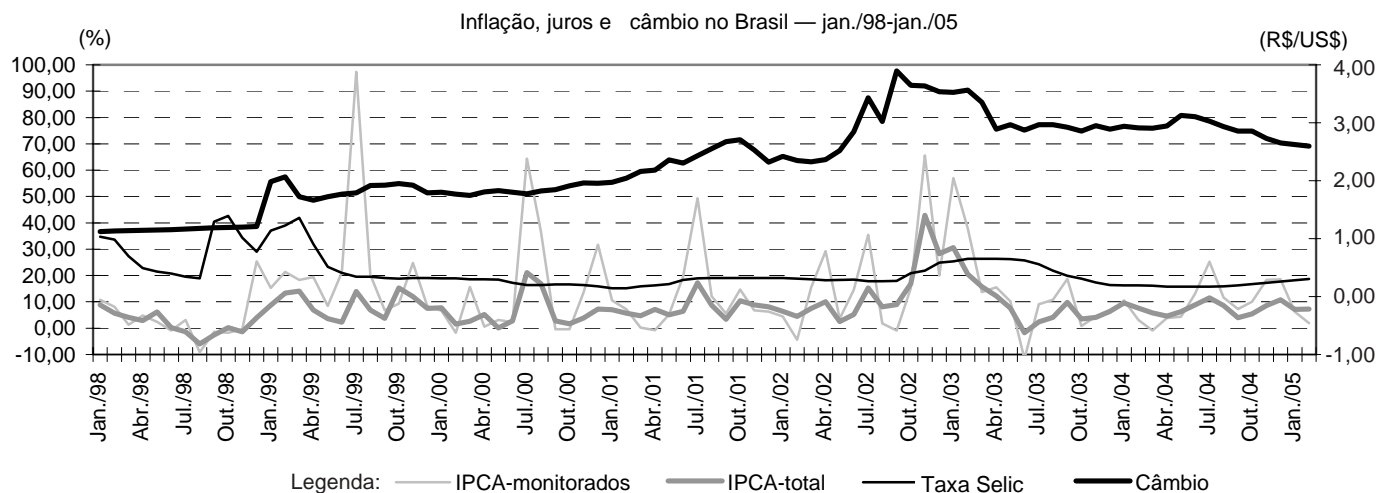
A diretoria do Bacen acompanha a evolução das expectativas inflacionárias através de uma pesquisa realizada entre agentes do sistema financeiro e, em suas reuniões mensais, fixa a taxa de juros que seu modelo matemático define como adequada à consecução da meta. Há aqui um problema. Na aferição do excesso de demanda, o modelo utiliza a diferença entre o crescimento efetivo da economia e um máximo possível, definido em vista da variação pregressa do PIB trimestral. Como o índice reflete o período de baixo crescimento pós 1980, o conhecido temor de uma taxa maior do que 3,5% resulta da própria especificação do modelo.

Conforme mostra o gráfico, no entanto, as altas da inflação, medidas pela taxa mensal anualizada do IPCA, estão relacionadas às desvalorizações do real e às acelerações na variação dos preços administrados. O efeito da demanda parece menos importante, mesmo porque, no período, apenas 2004 teve crescimento acima de 3,5%. De qualquer forma, na com-

posição do IPCA, os preços administrados, assim como os dos bens duráveis, que não respondem a oscilações da demanda, significam 40,2% do índice. Uma contração de demanda só afetaria à parcela restante, correspondente a serviços e a bens não duráveis e semiduráveis, mesmo assim parcialmente, pois, nesse grupo, estão incluídos segmentos oligopolizados insensíveis às oscilações da procura, como o farmacêutico, e muitas *commodities*, responsivas ao mercado mundial.

O IPCA anual teve uma média de 8,6% desde junho de 1999, enquanto os preços administrados, 13,3%. A redução da inflação abaixo desse patamar não parece passível de ser alcançada via taxa de juros, pois essa não afeta os preços administrados, nem impede a desvalorização cambial. A redução da elevação dos preços administrados apenas seria factível através de uma mudança nas cláusulas de reajuste dos contratos. Quanto ao câmbio, a livre movimentação de capital o faz refém das avaliações de risco, que causaram as desvalorizações recentes, a despeito de juros tão atrativos.

O efeito antiinflacionário mais eficaz da alta de juros parece ser indireto, via valorização cambial resultante no incentivo às aplicações em real. Usar o câmbio para reduzir a inflação, entretanto, e como mostra a história recente, pode ter efeitos devastadores sobre as contas externas do País. Assim, a política monetária parece presa à armadilha de manter os juros elevados e a economia em baixo crescimento, para garantir uma relativa valorização do real, que não alcança reduzir a inflação ao patamar desejado, mas mantém o mercado financeiro superaquecido. Aplicações em real são até transacionadas *off shore*. A meta que as metas de inflação conseguem atingir parece ser o crescimento exuberante do sistema financeiro.



FONTE: IPEADATA.

Luiz A. E. Faria (FEE/NEI)

Diferenciais demográficos dos municípios recém-emancipados

Um dos problemas enfrentados na elaboração de indicadores municipais para a comparação da tendência de dados regionais são as constantes mudanças na divisão territorial que ocorrem com a criação de novos municípios. O Rio Grande do Sul teve expressivo aumento no número de municípios, passando de 232 em 1970 para 497 em 2001.

Por outro lado, existe uma demanda crescente de informações com um maior nível de desagregação para esses novos municípios, a qual se realiza de forma precária pela falta de conhecimento da evolução dessa nova área, dado que a realidade do município recém-criado é, quase sempre, muito diferente da média daquele que lhe deu origem. É o caso, por exemplo, de Forquetinha, que teve um crescimento de -1,4% ao ano

entre 1991 e 2000, enquanto Lajeado, município de onde aquele se emancipou, cresceu 2,7% ao ano no mesmo período. É de notar também o exemplo de Santa Margarida do Sul, onde menos de 1% da população vive na área urbana, ao passo que, em São Gabriel, seu município de origem, esse dado chega a 88,5%.

A tabela é representativa do comportamento dos municípios novos. Dos 30 emancipados em 2001, 23 apresentaram queda na população entre 1991 e 2000; além disso, em todos esses municípios, a população que vive na área urbana não chega a 30% de sua população total. Esses dados demonstram o baixo dinamismo demográfico dos municípios emancipados.

População residente, taxa de crescimento e grau de urbanização de alguns municípios criados em 2001 e de seus respectivos municípios de origem, no Rio Grande do Sul — 2000

MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO (hab.)		TAXA DE CRESCIMENTO (%)		GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	
Novo	Origem	Novo	Origem	Novo	Origem	Novo	Origem
Aceguá	Bagé	3 927	114 840	-1,7	1,2	22,87	83,9
Almirante Tamandaré do Sul	Carazinho	2 239	57 655	-1,2	1,4	21,13	96,8
Bozano	Ijuí	2 345	75 735	-1,4	0,9	16,76	88,5
Capão Bonito do Sul	Lagoa Vermelha	1 909	27 924	-1,2	0,7	18,33	83,0
Forquetinha	Lajeado	2 618	59 807	-1,4	2,7	17,27	99,2
Rolador	São Luiz Gonzaga	2 865	36 688	-2,6	-0,4	17,21	87,9
Santa Margarida do Sul	São Gabriel	2 176	60 073	-1,0	0,7	0,97	88,5
São Pedro das Missões	Palmeira das Missões	1 794	36 398	-1,3	0,0	12,21	84,1

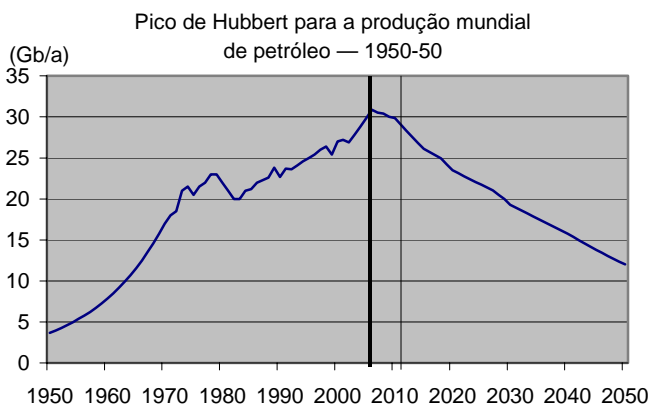
FONTE: IBGE, Indicadores Sociais Municipais 2000. Rio de Janeiro, 2002.

Maria de Lourdes Jardim (FEE/NSI)

Energia — uma questão de planejamento estratégico

O horizonte de inflexão da relação reserva/produção de petróleo no mundo (Pico de Hubbert) deverá ocorrer num período entre cinco e 15 anos, quando os preços deverão chegar, para alguns, a mais de US\$100,00/barril, devido, principalmente, ao consumo dos países desenvolvidos. Persistindo o crescimento da China, da Índia e de alguns países em vias de desenvolvimento, a tendência torna-se mais pessimista. Esse fato aponta, para muito breve, uma crise estrutural da economia mundial, o que multiplicará o genocídio que se pratica hoje, pela fome e pela guerra, no mundo. A inflexão das jazidas de petróleo do Brasil está prevista para daqui cinco a 10 anos. Voltaremos, então, a importar petróleo no momento em que este estará com preços mais elevados, comprometendo nossa balança de pagamentos e levando o País a um impasse estrutural, já que 50% da energia primária consumida no Brasil é petróleo. Torna-se urgente um esforço singular, não só na substituição do petróleo, mas também na racionalização e na otimização dos potenciais energéticos disponíveis, bem como um planejamento estratégico envolvendo a cadeia produtiva dos energéticos, as estruturas urbana, rural, industrial e de transporte, com enfoque centrado na economia de energia e na sustentabilidade do meio ambiente. Caso se descubra uma nova superjazida, haverá somente um deslocamento de mais cinco ou até 10 anos do ponto de

inflexão, o que não dispensará a urgência de um planejamento integrado que permita uma ação positiva para o futuro de nossos filhos. O Brasil deve transpor a era do petróleo dirigindo-se para a era do sol e da biomassa, energéticos abundantes em seu território, resguardando seu petróleo para ancorar essa transição.



FONTE: Aspö, 2005.

NOTA: Gb/a = bilhões de barris por ano.

José Enoir Loss (FEE/NEESP)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

As exportações do RS por blocos econômicos

No primeiro bimestre de 2005, as exportações do RS aumentaram 20,41% em relação aos primeiros dois meses de 2004, tendo se sobressaído as vendas para a América Latina (Mercosul e ALADI).

Dentre os principais produtos exportados pelo RS para o Mercosul no período jan.-fev./05, destacaram-se: polietileno; colheitadeiras; benzeno; ceifeiras-debulhadoras; e tratores. Para a ALADI (exceto Mercosul), as mercadorias mais exportadas foram carrocerias para ônibus; tratores; polietileno; calçados de couro; e carne e frango. As vendas para a União Européia constituíram-se principalmente de calçados de couro; fumo; farelo de soja; carne de frango; e polietileno. Para a região do NAFTA, salientaram-se as exportações de calçados de couro; tratores; benzeno; carrocerias para ônibus; e outras obras de couro natural. A Ásia (exceto Oriente Médio) com-

prou principalmente fumo; farelo de soja; carne de frango; óleo de soja; e pasta química de madeira.

Enquanto as exportações do RS para o NAFTA, o Mercosul e a ALADI constituem-se basicamente de produtos manufaturados e semimanufaturados, para a União Européia e a Ásia predominam as vendas de produtos básicos e semimanufaturados. Com a seca, entretanto, as exportações de produtos básicos (especialmente alimentos), este ano, ficarão prejudicadas, abrindo espaço para um aumento na participação de produtos industrializados na pauta exportadora. Esse foi o caso dos calçados exportados para a União Européia, os quais foram beneficiados pela desvalorização do dólar frente ao euro, o que compensou, em parte, a valorização do real frente ao dólar.

Exportações, por blocos econômicos, do RS — jan.-fev./04 e jan.-fev./05

BLOCOS	VALOR EM JAN-FEV/04 (US\$ 1 000 FOB) (A)	VALOR EM JAN-FEV/05 (US\$ 1 000 FOB) (B)	VARIAÇÃO B/A (%)	PARTICIPAÇÃO %	
				Jan.-Fev./04	Jan.-Fev./05
NAFTA	285 870	343 295	20,09	23,21	23,15
União Européia	249 735	268 931	7,69	20,28	18,13
Ásia (exclusive Oriente Médio)	189 102	243 579	28,81	15,35	16,43
Mercosul	164 429	215 470	31,04	13,35	14,53
ALADI (exclusive Mercosul)	101 633	175 759	72,93	8,25	11,85
Subtotal	990 769	1 247 034	25,87	80,44	84,09
Outros	240 844	235 909	-2,05	19,56	15,91
TOTAL	1 231 613	1 482 943	20,41	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Diferenças entre sexos no desempenho do emprego formal em 2004

Os dados do Caged mostram que, em 2004, foram acrescidos cerca de 117 mil postos de trabalho no mercado formal (diferença entre admitidos e desligados), no RS. Desse total, 57,4% foram vagas geradas para homens e 42,6% para mulheres. Assim, tomando-se como referência o estoque de emprego formal informado pela RAIS 2003, tem-se, ao final de 2004, uma variação da ordem de 5,6% tanto para o total do emprego como para homens e mulheres tratados separadamente.

Considerando-se, agora, os grandes setores de atividade econômica, pode-se observar que há significativas diferenças entre eles. A indústria foi o setor líder, com cerca de 53 mil postos gerados, atingindo um aumento de 8,9% no ano, em relação ao estoque de 2003. No mesmo período, a se-

gunda maior variação foi registrada na construção civil (8,0%); a terceira, no comércio (7,8%); a quarta, na agropecuária (3,5%); e a última, nos serviços (2,8%). Quanto aos diferenciais por gênero, pode-se observar que, para os homens, as maiores taxas foram registradas na construção civil (8,2%), na indústria (7,8%) e no comércio (7,0%). Já entre as mulheres, a geração de postos de trabalho foi mais pronunciada na indústria (11,0%) e no comércio (8,9%).

Na indústria, setor onde o maior número de vagas foi criado, a maior parte dos homens foi absorvida nos subsetores metalúrgico, de material de transportes e calçados, enquanto as mulheres se concentraram nas indústrias de calçados e na de alimentos e bebidas.

Estimativa do emprego formal e variação percentual, por sexo e por setor, no RS — 2004

SETORES	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Número	Δ%	Número	Δ%	Número	Δ%
Indústria	426 464	7,8	224 475	11,0	650 939	8,9
Construção civil	71 142	8,2	4 441	5,0	75 583	8,0
Comércio	229 337	7,0	165 085	8,9	394 422	7,8
Serviços	472 553	3,0	528 390	2,6	1 000 943	2,8
Agropecuária	63 308	3,6	11 439	3,0	74 747	3,5
Outros/ignorado	1	-	0	-	1	-
TOTAL	1 262 805	5,6	933 830	5,6	2 196 635	5,6

FONTE: Caged.
RAIS.

Walter Arno Pichler (FEE/NET)

A quebra da safra gaúcha 2004/05

A análise da evolução da produção de grãos nos últimos anos demonstra que, a despeito das inovações tecnológicas, a agricultura gaúcha se caracteriza por altos e baixos no volume produzido, em decorrência de instabilidades climáticas. A cada safra, uma ou outra cultura, no Estado, apresenta alguma perda decorrente de condições de clima não favoráveis ao seu desenvolvimento. Em alguns casos, a variável clima assume tais proporções, como na safra 2004/05, que os prejuízos são totais em algumas culturas, em determinadas regiões. Em termos de magnitude, a quebra atual só pode ser comparada com a ocorrida na safra 1991/92, a maior dos últimos anos. Naquela safra, também em decorrência de uma estiagem prolongada, ocorreram reduções significativas nas produções de feijão, milho e soja. No entanto, as perdas na safra de 2005 de feijão e milho superam as ocorridas em 1991/92. A redução prevista na produção de soja também é significativa, mas, em virtude de um aumento na área cultivada, nos últimos anos, a produção esperada é superior à obtida em 1992.

Segundo levantamento do IBGE realizado na primeira quinzena de março, as lavouras gaúchas de arroz, feijão, milho e soja, na safra 2005, apresentam uma queda de 34% em relação à safra passada. Essa redução decorre da estiagem que se iniciou, no Estado, no final de 2004 e prolongou-se até os meses de janeiro e fevereiro de 2005. No entanto, a magnitude das perdas nas lavouras de grãos de verão gaúchas pode ser melhor dimensionada se comparada à produção de 2003, a

última safra que se desenvolveu sem maiores danos causados por adversidades climáticas: o volume de grãos produzido pelo Rio Grande do Sul em 2005 chega a ser 50% menor do que o obtido em 2003.

Na atual safra, as maiores perdas até o momento estão na lavoura de milho, cuja produção deverá ser 54% menor do que a obtida em 2004 e mais de 70% inferior à de 2003. Nos últimos anos, essa cultura já vinha sofrendo redução na sua produção, decorrente de diminuição da área plantada por conta da substituição do plantio de milho pelo de soja. Na safra 2004/05, no entanto, esse movimento de redução de área plantada ampliou-se, porque parte das lavouras não chegou a ser cultivada, devido à falta de chuvas no momento da semeadura.

Grandes prejuízos também ocorreram na produção de soja — a redução prevista é de 45%, se comparada com a do ano anterior. Em 2004, a soja já tinha apresentado perdas em decorrência de problemas climáticos — a falta de chuvas no mês de fevereiro acabou por reduzir significativamente a produção do grão. Se compararmos a safra atual com a de 2003, verificamos que a produção prevista de soja no Estado é quase 70% menor do que a de 2003.

A quebra na atual safra pode ser considerada generalizada e de grandes proporções, uma vez que a produção de feijão também apresenta redução de mais de 40% em 2005, em relação à de 2004. Mais ainda, a produção de arroz apresenta perdas superiores a 14% em seu volume, além de apresentar comprometimento da qualidade do grão produzido.

Produção de grãos de verão do Rio Grande do Sul — 2003-05

GRÃOS	PRODUÇÃO (t)			VARIÇÃO %	
	Safra 2003 (A)	Safra 2004 (B)	Safra 2005 (C)	C/A	C/B
Arroz	4 697 123	6 338 117	5 425 210	15,5	-14,4
Feijão	137 843	133 688	78 200	-43,27	-41,51
Milho	5 428 243	3 371 277	1 556 308	-71,33	-53,84
Soja	9 579 293	5 541 706	3 037 813	-68,29	-45,18
TOTAL	19 842 502	15 384 788	10 097 531	-49,11	-34,37

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA (março de 2005).

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 18.04.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriaisistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.